





Secretaria Municipal de Administração

EDITAL DE LICITAÇÃO 002/2026

Pregão Eletrônico nº 003/2026	 Data de Abertura: 19 de fevereiro de 2026  Horário: 09h00min (horário de Brasília)  Local: https://licitanet.com.br/
--	---

FUNDAMENTO LEGAL	O presente certame rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 , pelos Decretos Municipais nº 02, 03, 04, 05, 06 e 07, de 12 de janeiro de 2024 , pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 , bem como pelas disposições constantes neste Edital e em seus anexos, além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, ainda que não expressamente mencionadas.
OBJETO	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Maracacumé/MA , em conformidade com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR ESTIMADO	 SIGILOSO

Modo e Tempo de Disputa

O certame será realizado na forma do inciso I do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o **modo de disputa aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos.

A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos**, sendo **automaticamente prorrogada por 02 (dois) minutos** sempre que houver lances ofertados nos últimos dois minutos, encerrando-se automaticamente caso não haja novos lances.

SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
---	--	---	--

Regime de Execução Empreitada por Preço Unitário	Tipo de Licitação Menor Preço	Forma de Adjudicação Por Item
--	---	---

Pedidos de esclarecimentos  Até 16 de fevereiro de 2026  E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com	Impugnações  Até 16 de fevereiro de 2026  E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com
--	---

Disponibilização do Edital

O edital estará disponível gratuitamente:

- No **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**
- No site do Município: www.maracacume.ma.br
- No Portal **Licitanet**: <https://licitanet.com.br>
- Presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Maracacumé/MA, situada na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, mediante apresentação de mídia digital.

A licitação será realizada em **sessão pública eletrônica**, por meio do sistema Licitanet, conduzida pelo Pregoeiro designado, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracacumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO	11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9.6 Da Habilitação Jurídica:	13
9.7 Da Habilitação Econômico-financeira:	13
9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:	15
9.9 Da Qualificação Técnica:	15
10. DOS RECURSOS	17
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	17
12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
14. DO CONTRATO, DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO	18
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
Anexo I – Termo de Referência	23
Anexo II - Modelo de Proposta de Preços	33
Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços	35
Anexo IV – Minuta Contratual	40

Secretaria Municipal de Administração

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

(Processo Administrativo nº 005/2026)

Torna-se público que o Município de Maracumé, por meio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracumé/MA, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 007, de 12 de janeiro de 2024, bem como das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à frota do município de Maracumé/MA, incluindo mão de obra qualificada, fornecimento de produtos de limpeza biodegradáveis, insumos, equipamentos, ferramentas e infraestrutura necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.
- 1.2 A licitação será dividida por itens, de acordo com os diferentes tipos de veículos e equipamentos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, observado o atendimento integral às exigências de cada item.
- 1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico do Portal de Compras Licitanet (<https://licitanet.com.br>) e aquelas constantes neste Edital e em seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 1.4 A Administração Pública não se obriga a contratar quantitativos mínimos dos serviços registrados, podendo realizar as contratações de forma eventual, parcelada e conforme a demanda, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não assistindo à contratada direito a indenização por quantitativos estimados não executados.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 2.2. A validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).
 - 3.1.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.
 - 3.1.1.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site: <https://www.licitanet.com.br/>;

- 3.1.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;
- 3.1.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do município de Maracáçumé, em nenhuma hipótese responsável por eles. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;
- 3.1.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.1.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 3.1.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 3.2.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.2.2 Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
 - 3.2.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.2.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.2.5 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei federal nº 14.133/2021;
 - 3.2.6 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei federal nº 14.133/2021;
 - 3.2.7 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
 - 3.2.8 O impedimento de que trata o item 3.2.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
 - 3.2.9 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio¹;
- 3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do

¹ Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

Secretaria Municipal de Administração

órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.

PARA CONHECIMENTO: Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei federal nº 14.133/21².

A obtenção benefício a que se refere o item acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. O licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.

O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

Os licitantes deverão também declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com os preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
 - 4.2.1 Todos os documentos de habilitação deverão estar autenticados eletronicamente para que seja comprovada a veracidade destes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade.
- 4.3 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sob pena de não aceitação, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item; Descrição detalhada do objeto,

² Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Secretaria Municipal de Administração

- contendo as informações de prazo de entrega dos serviços licitados, obrigando-se o proponente, nesse caso, a entregar os serviços de acordo com as exigências do Edital;
- 4.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 4.3.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.3.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

Secretaria Municipal de Administração

- 4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá registrar sua proposta no sistema eletrônico, observando fielmente as especificações do Termo de Referência e as condições estabelecidas neste Edital, preenchendo obrigatoriamente os seguintes campos:
- 5.1.1 Valor unitário e total para cada item, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com duas casas decimais, considerando como unidade de medida a execução do serviço de lavagem por tipo de veículo ou equipamento, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.2 Descrição detalhada do serviço ofertado, compatível com o objeto da licitação, contendo a identificação do tipo de veículo ou equipamento a ser lavado, bem como as características do serviço de lavagem a ser executado, em conformidade com o Termo de Referência.
- 5.1.3 Quantidade estimada de serviços de lavagem ofertados para cada item, respeitando os quantitativos mínimos e máximos previstos no Termo de Referência, vedada a indicação de quantidades baseadas em horas, tempo de execução ou qualquer outra unidade diversa da prevista.
- 5.2 As condições e especificações técnicas constantes da proposta vinculam o licitante, integrando o contrato independentemente de transcrição.
- 5.3 A proposta poderá indicar quantitativos inferiores ao máximo estimado, sem prejuízo do atendimento às quantidades mínimas exigidas.
- 5.4 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte, mobilização, desmobilização, combustível, manutenção, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros necessários à perfeita execução dos serviços, vedada a cobrança posterior de valores adicionais.
- 5.5 Os licitantes beneficiados por isenção fiscal aplicável à operação deverão apresentar proposta com valores líquidos, conforme a legislação tributária pertinente.
- 5.6 Os licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar proposta com a carga tributária integral, conforme exigido na legislação vigente.
- 5.7 Os valores registrados na proposta e nos lances são de inteira responsabilidade do licitante, não sendo admitidas alterações posteriores por alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8 Quando o regime tributário implicar recolhimento em percentuais variáveis, a cotação deverá considerar a média dos recolhimentos efetivos realizados pela empresa nos últimos doze meses.
- 5.9 Independentemente dos percentuais informados na proposta, a Administração procederá às retenções tributárias legais sobre os pagamentos, conforme a legislação vigente.
- 5.10 A apresentação da proposta implica aceitação plena e irrevogável das condições deste Edital e do Termo de Referência, obrigando o licitante, em caso de adjudicação, a executar os serviços de lavagem de veículos conforme solicitado pela Administração, com os recursos humanos, materiais e operacionais necessários à adequada execução do objeto.

Secretaria Municipal de Administração

- 5.10.1 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
- 5.10.2 Os licitantes deverão observar os preços máximos eventualmente fixados em normas específicas ou no Termo de Referência.
- 5.10.3 O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar responsabilização administrativa e financeira, inclusive perante os órgãos de controle interno e externo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo implicar sanções administrativas e ressarcimento ao erário em caso de sobrepreço ou superfaturamento.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).
 - 6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,10% (um décimo por cento).
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Secretaria Municipal de Administração

- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

Secretaria Municipal de Administração

- 6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do município de Maracáçumé, do estado do Maranhão;
 - 6.19.2.2 empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado e à coerência entre os valores unitários ofertados, os quantitativos estimados e o valor total de cada item, podendo promover diligências para esclarecimentos, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021
- 7.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3 Será desclassificada a proposta que apresentar inconsistência entre o valor unitário e o valor total do item, preços manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou que evidenciem tentativa de compensação indevida entre itens distintos, considerando que a adjudicação será realizada por item, de forma autônoma e independente.
- 7.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 7.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos serviços/equipamentos ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 7.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- 7.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/>);
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0:>, e
- 8.1.5 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
- 8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.
- 8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.6.1 contiver vícios insanáveis;
- 8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Secretaria Municipal de Administração

- 8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.7.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9 Caso o valor estimado de cada item do objeto licitado tenha sido decomposto pela Administração em seus respectivos custos unitários, por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, o licitante classificado em primeiro lugar em cada item será convocado para apresentar Planilha de Custos por ele elaborada, contendo a composição dos custos e os valores unitários e totais correspondentes àquele item, devidamente ajustados ao valor final de sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta para o respectivo item.
- 8.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
- a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
- c) Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
- d) Documentação relativa à qualificação técnica.
- 9.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:
- 9.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 9.1.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- 9.1.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- 9.1.2 Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens do item 4.5 deste Edital.

Secretaria Municipal de Administração

- 9.2 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
- 9.3 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.
- 9.4 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 8.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6 Da Habilitação Jurídica:

- 9.6.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 9.6.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
- 9.6.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.
- 9.6.3.1 A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
- 9.6.4 A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.
- 9.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.6.6 Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.
- 9.6.7 As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:
- 9.6.7.1 Ato constitutivo;
- 9.6.7.2 Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
- 9.6.7.3 Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
- 9.6.7.4 Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;
- 9.6.7.5 Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;
- 9.6.7.6 Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;
- 9.6.7.7 Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

9.7 Da Habilitação Econômico-financeira:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- 9.7.1 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 9.7.2 A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

- a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 9.7.2.1 Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)
ILG maior ou igual a 1(um)

- 9.7.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitida via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

- 9.7.3.1 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

- 9.7.3.2 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

Secretaria Municipal de Administração

9.7.3.3 Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.7.4 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante.

9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.8.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

9.8.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.8.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.8.6.1 Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

9.8.7 Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.8.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.8.9 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

9.8.10 A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.8.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.8.10.2 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei federal nº 14.133/2021.

9.9 Da Qualificação Técnica:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- 9.9.1.1 Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho das atividades compatíveis com o objeto da licitação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 9.9.1.2 Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já executou, de forma satisfatória, serviços de lavagem, limpeza ou higienização de veículos automotores, de natureza e porte compatíveis com o objeto desta licitação.
- 9.9.1.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:
- a) razão social e CNPJ da entidade emitente;
 - b) identificação da empresa contratada;
 - c) descrição clara e objetiva dos serviços executados;
 - d) período de execução dos serviços;
 - e) declaração expressa de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.
- 9.9.1.4 A licitante deverá apresentar declaração de que dispõe ou disporá, na fase de execução contratual, de mão de obra suficiente, bem como de equipamentos, ferramentas, produtos de limpeza, insumos e infraestrutura adequados para a execução dos serviços de lavagem de veículos, conforme especificações do Termo de Referência.
- 9.9.1.5 Não será exigida a indicação de responsável técnico com formação em engenharia ou registro em conselho profissional, uma vez que os serviços licitados não caracterizam serviço de engenharia, nem demandam responsabilidade técnica regulamentada.
- 9.9.1.6 Serão aceitos atestados provenientes de contratos distintos, desde que os serviços comprovados sejam compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta licitação.
- 9.9.1.7 Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente a serviços de consultoria, supervisão, fiscalização, projetos ou atividades administrativas, que não envolvam a execução direta de serviços de lavagem ou limpeza de veículos.
- 9.9.1.8 Serão aceitos atestados provenientes de contratos distintos, desde que os serviços sejam de natureza e porte compatíveis com o objeto desta licitação.
- 9.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - b) e Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.11 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.12 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao presente edital.
- 9.13 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

Secretaria Municipal de Administração

10. DOS RECURSOS

- 10.1A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.
 - 10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 11.2Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado e terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade estará nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 12.2O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 12.3As Atas de Registro de Preços serão assinadas por meio de assinatura digital e disponibilizadas no Sistema de Registro de Preços adotado pela Administração.
- 12.3.1 A assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada por meio da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou da plataforma Gov.br, conforme regulamentação vigente.
- 12.4Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição

Secretaria Municipal de Administração

do(s) item(ns), as respectivas quantidades, os preços unitários registrados por item e as demais condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

- 12.5O preço registrado, com a indicação dos respectivos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e permanecerá disponível durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 12.6A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, não obrigando a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.7Na hipótese de o licitante convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, ficará facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 13.1Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com valor igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 13.2Será respeitada, nas contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores nela registrados.
- 13.2.1 A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 13.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem igualar seus preços unitários por item aos do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 13.3A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada somente quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 13.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 13.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto Municipal nº 007/2024.
- 13.4Na hipótese de o licitante melhor classificado não aceitar manter o preço ofertado ou não atender às exigências para a contratação, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, convocar os demais licitantes para que confirmem a manutenção de suas propostas ou para que participem de negociação, com vistas à obtenção de menor preço por item, respeitado o preço máximo estimado e as condições estabelecidas no edital.
- 13.4.1 A negociação será realizada com os licitantes remanescentes, sucessivamente, na ordem de classificação, até que se obtenha proposta vantajosa para a Administração.
 - 13.4.2 Caso não seja possível obter proposta mais vantajosa por meio da negociação, a Administração poderá adjudicar o objeto ao licitante remanescente, desde que mantidas as condições originalmente ofertadas e comprovada a compatibilidade do preço com o valor estimado.

14. DO CONTRATO, DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

- 14.1O pagamento será efetuado pela Administração por serviço de lavagem efetivamente executado, de acordo com os quantitativos solicitados e devidamente atestados pelo fiscal do contrato ou da Ata de Registro de Preços, com base nos valores unitários registrados para cada item.
- 14.2Os serviços serão medidos por unidade de lavagem realizada, conforme especificações constantes do Termo de Referência, vedada qualquer forma de pagamento baseada em horas, tempo de execução, período, disponibilidade ou outro critério diverso do serviço executado.

Secretaria Municipal de Administração

- 14.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado atualizado para a contratação, observadas as disposições do edital e da Lei nº 14.133/2021.
- 14.4 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com os serviços efetivamente prestados, contendo a identificação do item, a quantidade de lavagens realizadas e o respectivo valor unitário, em conformidade com a Ata de Registro de Preços e/ou contrato.
- 14.5 Sobre os valores devidos serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.
- 14.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I = (6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

- 14.7 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
 - 15.1.2.5 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
 - 15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 15.1.5 fraudar a licitação
 - 15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- 15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2 Com fulcro na Lei federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1 advertência;
 - 15.2.2 multa;
 - 15.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.3.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Maracacumé a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

Secretaria Municipal de Administração

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município de Maracumé.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mails maracacumelicitacao@gmail.com e/ou licitacao@maracacume.ma.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Sede do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Maracumé, sediada a Avenida Dayse de Souza, s/n, centro, Maracumé – MA, CEP 65.289-000;
- 16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Secretaria Municipal de Administração

- 17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10 A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos art. 54 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 17.11 O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial, bem como em jornal diário de grande circulação (art. 54, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).
- 17.12 A íntegra do presente edital e seus anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio internet do município de Maracáçumé, disponível no endereço eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.
- 17.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.13.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 17.13.2 Anexo II – Minuta da Proposta de Preços;
 - 17.13.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 17.13.4 Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato.

Maracáçumé - MA, 02 de fevereiro de 2026.

Francisco Arnaldo Oliveira Silva
Secretário Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Administração

Anexo I – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Maracáçumé/MA, incluindo mão de obra, fornecimento de produtos de limpeza biodegradáveis, insumos, equipamentos e infraestrutura necessários à adequada execução dos serviços, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, por se tratarem de serviços rotineiros, padronizáveis e amplamente executados no mercado por empresas especializadas.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, tratando-se de serviço essencial à conservação e manutenção da frota pública municipal.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação e a disponibilidade orçamentária.

1.5. O objeto desta contratação é classificado como serviço continuado, tendo em vista que a lavagem regular dos veículos, máquinas e equipamentos pesados da frota municipal constitui necessidade permanente para o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais das Secretarias do município de Maracáçumé/MA. A vigência plurianual mostra-se mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, por possibilitar economia de escala, continuidade da prestação dos serviços e maior eficiência na conservação da frota.

1.6. O contrato ou instrumento equivalente estabelecerá o detalhamento das regras específicas aplicáveis à vigência, às condições de execução e às hipóteses de prorrogação da contratação, observadas as disposições deste Termo de Referência e da legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, que integra este Termo de Referência como documento apêndice, contendo a descrição detalhada da necessidade, das soluções avaliadas, das estimativas de quantidades, dos custos envolvidos e dos demais elementos que justificam tecnicamente a presente contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução contínua dos serviços de lavagem externa, interna e higienização de veículos leves, utilitários, motocicletas, caminhões, máquinas pesadas e demais equipamentos que compõem a frota do Município de Maracáçumé/MA. A prestação dos serviços deverá ocorrer em instalações próprias da contratada, com infraestrutura adequada, sistema de captação e tratamento de efluentes, equipamentos modernos e produtos biodegradáveis, de modo a garantir eficiência operacional, segurança, preservação ambiental e prolongamento da vida útil dos bens públicos.

3.1.1. A solução considera todo o ciclo de vida do serviço, incluindo disponibilização de mão de obra qualificada, insumos, produtos de limpeza certificados, equipamentos específicos para cada tipo de veículo, controle de qualidade, gerenciamento de ordens de serviço, emissão de relatórios mensais, adequação ambiental, gestão de resíduos e atendimento a requisitos sanitários — especialmente no caso das ambulâncias e veículos utilizados em atividades de saúde. Os serviços devem obedecer a padrões técnicos de execução, com procedimentos padronizados para cada categoria de veículo, assegurando a integridade da frota e evitando danos aos componentes e acabamentos.

Secretaria Municipal de Administração

3.2. Os produtos utilizados deverão ser compatíveis com veículos automotores e equipamentos pesados, respeitando recomendações dos fabricantes e diretrizes de sustentabilidade e logística reversa previstas na legislação. A solução adotada foi estruturada para garantir economicidade, continuidade dos serviços e adequada manutenção do patrimônio público, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

3.3. A descrição detalhada da solução encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, apêndice integrante deste Termo de Referência, contendo as alternativas avaliadas, justificativas técnicas e motivação da escolha da solução adotada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com fundamento no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* (AGU/MGI, 2024):

4.1.1. Utilização exclusiva de produtos biodegradáveis, não corrosivos e de baixa toxicidade, devidamente registrados e acompanhados de FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico.

4.1.2. Execução dos serviços em área com piso impermeabilizado, sistema de separação óleo/água e destinação ambientalmente adequada dos efluentes, evitando contaminação do solo e dos recursos hídricos.

4.1.3. Adoção de medidas de uso eficiente de recursos naturais, especialmente água e energia, mediante equipamentos de alta pressão, sistemas de redução de vazão e, quando possível, mecanismos de reuso de água.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida indicação de marcas, salvo quando tecnicamente justificado por motivos de padronização, segurança ou compatibilidade, nos termos do Estudo Técnico Preliminar. Para este objeto, não há justificativa técnica para indicação de marcas específicas, devendo ser observadas somente as características funcionais e de desempenho descritas neste Termo de Referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há, neste processo, vedação específica de marcas ou produtos, exceto a proibição de utilização de:

4.3.1. Produtos químicos que não sejam biodegradáveis;

4.3.2. Produtos com substâncias tóxicas proibidas por normas sanitárias e ambientais.

Da exigência de amostra

4.4. *Não se aplicam à presente contratação por se tratar de prestação de serviços e não de fornecimento de bens. Não haverá exigência de amostras.*

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica, pois o objeto refere-se à prestação de serviços e não ao fornecimento de bens dependentes de fabricante.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando que:

4.6.1. a execução exige equipe própria, estrutura operacional própria e responsabilidade técnica direta da empresa contratada;

4.6.2. a terceirização poderia comprometer a qualidade do serviço, a responsabilidade civil e ambiental;

4.6.3. o serviço envolve riscos operacionais e ambientais que devem ser geridos pela própria contratada.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de serviço comum, de baixo risco operacional e sem fornecimento de equipamentos permanentes. A decisão encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

4.8. Na presente licitação, não será realizada reserva de cota de até 25% para ME e EPP, considerando que o objeto se refere à prestação de serviços de lavagem, cuja natureza não permite divisão em itens homogêneos ou segmentáveis. A cota reservaria parcela do serviço que exige execução integrada e responsabilidade técnica única, o que é incompatível com a divisão pretendida.

Margem de preferência

4.9. O objeto da contratação não se enquadra em qualquer regime de margem de preferência, uma vez que não se trata de aquisição de bens manufaturados nacionais, bens reciclados ou biodegradáveis, mas sim de prestação de serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução dos Serviços

5.1. Os serviços serão prestados de forma contínua, durante toda a vigência contratual, mediante atendimento presencial na sede operacional da contratada, conforme demanda das Secretarias Municipais.

5.2. O atendimento deverá ocorrer em dias úteis, no horário mínimo das 08h às 17h, podendo ser estendido em caso de necessidade devidamente justificada pela Administração, sem ônus adicional.

5.3. Caso não seja possível executar o serviço na data ou horário previamente agendados, a empresa deverá comunicar as razões com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados casos fortuitos e de força maior.

5.4. Os serviços deverão ser realizados no endereço da contratada, dotado de infraestrutura adequada para lavagem de veículos e máquinas pesadas.

5.4.1. O local deve estar regularizado perante os órgãos ambientais competentes, conforme exigência prevista no item 4 deste Termo de Referência.

Garantias, Padrões de Qualidade e Atendimento

5.5. Os serviços prestados deverão obedecer a padrões mínimos de qualidade.

5.6. A contratada deverá refazer o serviço sem ônus, caso a Administração identifique falhas ou execução insuficiente, mediante notificação formal.

5.7. Qualquer dano causado aos veículos durante a execução dos serviços será de responsabilidade integral da contratada, que deverá reparar ou indenizar o Município no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.8. As reclamações ou solicitações de correções deverão ser atendidas prioritariamente, respeitado o prazo máximo definido pelo gestor do contrato.

Atendimento, Eficiência e Continuidade

5.9. A contratada deverá manter equipe dimensionada para atender à demanda da frota municipal, garantindo tempo de espera compatível com o volume de veículos.

5.10. Os serviços deverão ser executados de forma a não comprometer a operação das Secretarias Municipais, especialmente aquelas que utilizam veículos em caráter essencial (Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura).

5.11. Em casos excepcionais e previamente autorizados pelo gestor do contrato, a empresa deverá disponibilizar atendimento emergencial, sem cobrança adicional.

Responsabilidade pelo Transporte do Veículo

5.12. O transporte dos veículos até o local da execução será de responsabilidade da Administração, salvo nos casos de impossibilidade técnica, quando a contratada poderá realizar o deslocamento mediante autorização prévia, sem cobrança adicional.

Garantias Específicas Aplicáveis ao Serviço

5.13. A Contratada garante a execução adequada dos serviços durante toda a vigência do contrato.

5.14. A garantia contratual de qualidade do serviço é independente da vigência do contrato, aplicando-se inclusive a serviços já prestados, desde que o vício seja comprovado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracacumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução dos serviços será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, anotando-se tais circunstâncias por meio de apostilamento.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada serão realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção imediata de providências relativas à execução dos serviços.
- 6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre:
- 6.5.1. obrigações contratuais;
 - 6.5.2. mecanismos de fiscalização;
 - 6.5.3. estratégias para execução dos serviços;
 - 6.5.4. procedimentos de inspeção da frota;
 - 6.5.5. padrões mínimos de qualidade;
 - 6.5.6. indicadores de desempenho;
 - 6.5.7. sanções aplicáveis.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s), ou por seus substitutos formalmente nomeados.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços, garantindo que todas as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência sejam integralmente cumpridas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes, incluindo falhas, pendências e solicitações de correção, com detalhamento técnico suficiente.
- 6.9. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificação formal à contratada para que promova a correção, determinando prazo específico.
- 6.10. O fiscal técnico informará o gestor do contrato, em tempo hábil, sobre qualquer situação que ultrapasse sua competência, para que sejam adotadas as medidas administrativas apropriadas.
- 6.11. Ocorrências que possam inviabilizar a execução dos serviços nas datas estabelecidas deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico comunicará ao gestor o término da vigência contratual com antecedência suficiente, visando à análise de eventual renovação ou prorrogação.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, pagamentos, garantias (quando houver), glosas e formalização de apostilamentos ou termos aditivos.
- 6.14. Havendo descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato os casos que ultrapassem sua competência.
- 6.15. Além do disposto acima, a fiscalização observará as seguintes rotinas:
- 6.15.1. Conferência dos relatórios mensais de execução dos serviços apresentados pela contratada;
 - 6.15.2. Verificação da conformidade dos serviços realizados com a ordem de serviço e o quantitativo contratado;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

6.15.3. Registro e comunicação formal de todas as ocorrências relacionadas a atrasos, falhas operacionais, danos a veículos e demais irregularidades.

6.16. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, falhas operacionais, vícios ou emprego inadequado de insumos, não implicando corresponsabilidade da Administração.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. Coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, assegurando a manutenção de todos os registros formais da execução (ordens de serviço, relatórios, ocorrências, termos de prorrogação e aditivos).

6.17.2. Acompanhar os registros efetuados pelos fiscais técnico e administrativo, comunicando à autoridade superior situações que ultrapassem sua competência.

6.17.3. Verificar continuamente a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho, liquidação e pagamento.

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação periódica da execução contratual, indicando desempenho, regularidade e eventuais penalidades aplicadas, conforme indicadores definidos.

6.17.5. Adotar as providências necessárias para instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de descumprimento contratual.

6.17.6. Elaborar relatório final de execução, contemplando o atendimento dos objetivos da contratação e recomendações para aprimoramento das contratações futuras.

6.17.7. Encaminhar ao setor competente toda documentação necessária para a liquidação e pagamento, conforme valores dimensionados pelos fiscais.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas no contrato de prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pesados, a Administração Municipal de Maracumé poderá aplicar à Contratada, garantido o prévio contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a seguir descritas:

a) Advertência: comunicação formal à Contratada acerca da irregularidade cometida, com determinação para adoção das medidas corretivas necessárias no prazo estabelecido pela Administração.

b) Multa: penalidade pecuniária a ser aplicada nos percentuais previstos no Edital e no contrato, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida ou sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração e os critérios de dosimetria adotados.

c) Impedimento de licitar e contratar: sanção que impede a Contratada de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do município de Maracumé, por prazo não superior a 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: sanção que impede a Contratada de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2. As sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste item, conforme autorização legal.

7.3. O Edital de Licitação e a minuta do contrato detalharão:

as infrações administrativas;

os percentuais de multa;

os critérios de dosimetria;

o procedimento administrativo para apuração e aplicação das penalidades;

em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

7.4. As multas aplicadas, após regular processo administrativo, poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada ou cobradas judicialmente, caso não haja pagamento espontâneo.

7.5. A aplicação de qualquer sanção não exige a Contratada da obrigação de reparar integralmente eventuais danos ou prejuízos causados à Administração.

7.6. A responsabilidade civil e penal da Contratada e de seus dirigentes será apurada independentemente da responsabilização administrativa prevista neste instrumento.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento (Execução dos Serviços)

8.1. Os serviços serão considerados executados provisoriamente no ato de sua realização, mediante comprovação por ordem de serviço, relatório de execução e demais registros fornecidos pela contratada e conferidos pelo fiscal.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações contratadas, devendo ser reexecutados sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação.

8.3. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após conferência pelo fiscal, mediante atesto de conformidade.

8.4. Para contratações enquadradas no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo de recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.5. O prazo de recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de maneira formal e justificada, quando houver necessidade de diligências adicionais.

8.6. Havendo controvérsia sobre a execução dos serviços, será aplicado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a empresa emitir nota fiscal apenas sobre a parcela incontroversa.

8.7. O prazo para solução de inconsistências ou saneamento da nota fiscal não será computado no prazo do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada por danos causados aos veículos, tampouco substitui a obrigação de reparar falhas ou vícios no serviço.

8.9. Por se tratar de prestação de serviços, não se aplica a cláusula referente a montagem, instalação ou quaisquer atividades próprias de fornecimento de bens.

Liquidação

8.10. Recebida a nota fiscal, será iniciado o prazo de 10 (dez) dias úteis para sua liquidação, prorrogáveis por igual período, conforme IN SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. Para despesas enquadradas no art. 75, II, o prazo será reduzido à metade, com possibilidade de prorrogação.

8.12. Para liquidar a despesa, o setor competente verificará se a nota fiscal contém:

8.12.1. prazo de validade;

8.12.2. data de emissão;

8.12.3. dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. período de execução dos serviços;

8.12.5. valor a pagar;

8.12.6. retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na nota fiscal, sua liquidação ficará suspensa até regularização pela contratada, reiniciando-se o prazo após saneamento.

8.14. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida por consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos portais oficiais.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

8.15. A Administração deverá consultar o SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação;

8.15.2. identificar eventuais impedimentos legais.

8.16. Constatada irregularidade fiscal ou cadastral, a contratada será notificada para regularização no prazo de 5 dias úteis, prorrogável uma vez.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante comunicará aos órgãos competentes e adotará as medidas cabíveis.

8.18. Caso não haja regularização, deverá ser instaurado processo de rescisão contratual, assegurado o contraditório.

8.19. Havendo prestação efetiva dos serviços, os pagamentos serão efetuados normalmente até decisão final sobre eventual rescisão.

Prazo de Pagamento

8.20. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a conclusão da liquidação.

8.21. Em caso de atraso do pagamento por parte da Administração, haverá atualização monetária pelo índice IPCA ou outro previsto no contrato.

Forma de Pagamento

8.22. O pagamento será realizado por ordem bancária, na conta indicada pela contratada.

8.23. Considera-se efetuado o pagamento na data da emissão da ordem bancária.

8.24. Serão retidos todos os tributos previstos na legislação vigente.

8.25. Retenções serão aplicadas conforme legislação, mesmo que a planilha contenha valores estimados diferentes.

8.26. Empresas optantes pelo Simples Nacional devem comprovar o enquadramento para não sofrer retenções indevidas.

Antecipação de Pagamento

8.27. Não haverá antecipação de pagamento, salvo se autorizada expressamente pela autoridade competente e mediante prestação de garantia adicional, conforme arts. 94 e 145 da Lei nº 14.133/2021.

Cessão de Crédito

8.28. A cessão de crédito dependerá de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia depende de termo aditivo.

8.28.2. O cessionário deverá comprovar regularidade fiscal e ausência de impedimentos.

8.28.3. A cessão não altera obrigações contratuais da contratada.

8.28.4. A execução dos serviços permanece integralmente sob responsabilidade da contratada.

8.29. Este item não prejudica operações permitidas pela IN SEGES/MGI nº 82/2025.

Reajuste

8.30. Os preços são fixos e irreajustáveis durante o primeiro ano, contados da data da data-base do orçamento estimado.

8.31. Após 12 meses, o reajuste será automático, utilizando-se o índice IPCA, salvo previsão diversa.

8.32. Nos reajustes subsequentes, o prazo de um ano conta-se do último reajuste.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, por se tratar de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XLI, combinado com os arts. 28 e 51 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Forma de fornecimento

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

9.3. O fornecimento do objeto será na modalidade continuada, com execução dos serviços de lavagem conforme demanda das secretarias municipais, obedecendo ao cronograma e à programação operacional apresentada pela contratada.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação sem registro de preços, a aceitabilidade dos valores estará limitada aos preços unitários máximos constantes da planilha de referência elaborada pela Administração, conforme pesquisa realizada no PNCP e memórias de cálculo anexas.

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no Anexo deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. As exigências de habilitação constantes deste Termo de Referência têm caráter orientativo e mínimo, podendo ser complementadas, detalhadas ou ajustadas no instrumento convocatório. O edital da licitação apresentará, de forma específica e exaustiva, todas as condições, documentos, prazos, requisitos técnicos e demais obrigações necessárias para fins de habilitação, conforme o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Eventuais especificações adicionais, modelos de declarações, critérios de comprovação, documentos complementares e demais disposições pertinentes à habilitação serão disponibilizados exclusivamente no edital e seus anexos, prevalecendo este sobre quaisquer orientações gerais constantes deste Termo de Referência.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com fundamento no art. 24, §1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado será tornado público após a fase de lances, conforme previsão legal.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação está prevista nas dotações orçamentárias do exercício vigente, vinculadas ao órgão demandante – Secretaria Municipal de Administração, e é compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atendendo às determinações do art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Ainda que o Município de Maracáçumé não tenha elaborado o Plano de Contratações Anual (PCA), conforme mencionado nos Estudos Técnicos Preliminares, a presente contratação guarda total coerência com as necessidades previstas no planejamento administrativo e nas ações de modernização da infraestrutura tecnológica municipal.

11.3. A dotação orçamentária específica será indicada no momento da emissão da nota de empenho, conforme o elemento de despesa apropriado à natureza do bem adquirido.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações constantes neste Termo de Referência não possuem classificação de sigilo, exceto o custo estimado da contratação, quando a Administração optar pela sua manutenção sob caráter sigiloso até o julgamento das propostas, conforme previsão do art. 24, §1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observando-se a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal vigente que regulamenta as contratações públicas e demais normas relacionadas à matéria.

12.3. Este Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação, juntamente com seus anexos, Estudos Técnicos Preliminares, planilhas de estimativas, documentos de pesquisa de preços, pareceres e demais peças que compõem a instrução processual.

Secretaria Municipal de Administração

Anexo I-A – Planilha Estimativa dos Serviços

1. da Planilha Estimativa

A presente Planilha Estimativa tem por finalidade discriminar os serviços objeto do Sistema de Registro de Preços, com descrição técnica padronizada, unidades de medição e quantitativos estimados, os quais não constituem obrigação de contratação integral, sendo demandados conforme a necessidade da Administração, nos termos do Anexo I – Termo de Referência.

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Qtde.
01	Serviço especializado em lavagem completa de veículos de grande porte, tais como caminhões, caçambas, carros-pipa e similares, compreendendo limpeza externa geral da lataria, pintura, vidros, para-lamas, caixas de rodas, chassis e partes inferiores acessíveis, com remoção de barro, poeira, graxa, óleo e demais sujidades, com enxágue e secagem.	Serviço	225
02	Serviço especializado em lavagem completa de máquinas pesadas, tais como pá carregadeira, motoniveladora, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e similares, compreendendo limpeza externa da estrutura, chassi, braços, caçambas, lâminas, rodas ou esteiras e demais componentes acessíveis, vedada a utilização de procedimentos que possam danificar sistemas sensíveis.	Serviço	225
03	Serviço especializado em lavagem completa de veículos leves/utilitários (passeio), compreendendo parte externa e interna, incluindo aspiração, limpeza de painel e enceramento da lataria.	Serviço	225
04	Serviço especializado em lavagem completa de caminhonetes/pick-ups, compreendendo parte externa e interna, incluindo aspiração, limpeza de painel e enceramento da lataria.	Serviço	225
05	Serviço especializado em lavagem completa de motocicletas, compreendendo limpeza externa geral do chassi, carenagens, rodas, motor externo e componentes acessíveis.	Serviço	225
06	Serviço especializado em lavagem completa de veículos do tipo ambulância, compreendendo parte externa e limpeza interna da cabine, não incluindo área hospitalar ou equipamentos médicos.	Serviço	225
07	Serviço especializado em lavagem completa de veículos do tipo van, compreendendo parte externa e limpeza interna da cabine.	Serviço	225
08	Serviço especializado em lavagem completa de veículos de grande porte, tais como ônibus e similares, compreendendo limpeza externa geral, com enxágue e secagem.	Serviço	275
09	Serviço especializado em lavagem de veículos do tipo micro-ônibus, incluindo limpeza externa, aspiração interna da cabine, secagem, aplicação de pretinho nos pneus e enceramento da lataria.	Serviço	275

2. Da Qualidade do Serviço

Todos os serviços de lavagem deverão ser executados em conformidade com os padrões técnicos adequados, utilizando produtos de limpeza compatíveis com cada tipo de veículo ou equipamento, preferencialmente biodegradáveis, assegurando a remoção eficaz de sujidades, sem causar danos à pintura, às superfícies metálicas, plásticas, de borracha ou a quaisquer outros componentes.

3. Do Local e da Logística da Execução

Os serviços deverão ser executados no local indicado pela Administração ou nas dependências da contratada, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência ou na respectiva Ordem de Serviço, observando-se os prazos, horários e demais condições previamente estabelecidas.

4. Da Responsabilidade da Contratada

A contratada será integralmente responsável pela correta execução dos serviços, respondendo por eventuais danos causados aos veículos, máquinas ou equipamentos da frota municipal, decorrentes de falhas na execução, uso inadequado de produtos, equipamentos ou procedimentos.

5. Da Entrega Técnica e do Aceite

Considerar-se-á concluído o serviço quando o veículo ou equipamento for entregue em condições adequadas de limpeza e uso, em conformidade com as especificações desta Planilha Estimativa e do Termo de Referência, devidamente inspecionado e aceito pela fiscalização designada pela Administração.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracacumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

6. Da Garantia do Serviço

A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, obrigando-se a refazer, sem ônus adicional para a Administração, qualquer serviço executado em desconformidade com as especificações estabelecidas, sempre que constatado pela fiscalização.

7. Dos Procedimentos Vedados

Não estão incluídos nos serviços previstos nesta Planilha a desmontagem de peças, a lavagem interna de motores, painéis elétricos, sistemas eletrônicos ou hidráulicos, nem qualquer tipo de manutenção corretiva ou preventiva.

8. Da Medição dos Serviços

A medição será realizada por serviço efetivamente executado, mediante Ordem de Serviço emitida pela Administração, não constituindo as quantidades estimadas obrigação de contratação integral, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.

Secretaria Municipal de Administração

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços

À Comissão Permanente de Licitação
Município de Maracáçumé

REF: Pregão Eletrônico SRP N° 003/2026

A empresa abaixo identificada, após examinar atentamente o Edital do Pregão Eletrônico n° 003/2026 e seus anexos, apresenta sua **PROPOSTA DE PREÇOS** para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, conforme condições a seguir:

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

- Razão Social: _____
- Nome Fantasia: _____
- CNPJ: _____
- Inscrição Estadual/Municipal: _____
- Endereço Completo: _____
- Telefone: _____
- E-mail: _____
- Banco / Agência / Conta Corrente: _____
- Representante Legal: _____
- CPF do Representante Legal: _____

2. OBJETO DA PROPOSTA

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Maracáçumé/MA, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos estimados constantes no Edital e em seus anexos.

3. PLANILHA DE PREÇOS

Item	(Descrição Completa do Item).	Und	Qtd Total	VI Unit	Valor Total do Item (R\$)
Valor total da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico SRP N° 007/2024					(R\$)

4. DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- Os preços propostos incluem **todos os custos diretos e indiretos**, tais como mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, produtos de limpeza, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, necessários à perfeita execução dos serviços;
- Conhecemos e aceitamos integralmente as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência e na Planilha Estimativa;
- Os serviços serão executados rigorosamente conforme as especificações técnicas exigidas pela Administração;

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- d) A proposta apresentada possui **validade mínima de 90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação;
- e) Estamos cientes de que as quantidades indicadas são **estimativas**, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços;
- f) Comprometemo-nos a manter as condições da proposta durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados conforme demanda da Administração, mediante Ordem de Serviço, observados os prazos, locais e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

6. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2026.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

OBS: Se a proposta for assinada por representante legal enviar cópia da procuração e documento de identificação; Se assinada por Sócio da empresa enviar documento de identificação do responsável.

Secretaria Municipal de Administração

Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços

Pregão Eletrônico SRP nº 003/2026
Processo Administrativo nº 005/2026

O Município de Maracumé/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracumé/MA, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração, Sr.(a), portador(a) do RG nº e CPF nº, residente e domiciliado(a) neste Município, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Eletrônico SRP nº 003/2026, devidamente publicado, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) abaixo indicada(s) e qualificada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendidas as condições previstas no Edital e em seus anexos, sujeitando-se as partes às normas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 007, de 12 de janeiro de 2024, e às disposições desta Ata.

1. Do objeto

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas pesadas, motocicletas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Maracumé/MA, incluindo mão de obra, fornecimento de produtos de limpeza biodegradáveis, insumos, equipamentos, ferramentas e infraestrutura necessários à adequada execução dos serviços, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 003/2026, no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo I-A – Planilha Estimativa dos Serviços, que integram esta Ata, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

- 2.1 Os preços unitários registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, os respectivos fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) vencedora(s) são as que seguem:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone / Fax:
Endereço:	E-mail:
Responsável:	CPF/RG:

Itens	Descrição dos serviços	Unidade Registrada	Quantidade Registrada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01					
02					
03					
....					

- 2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Da adesão à Ata de Registro de Preços

- 3.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não tenham participado do procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP poderão aderir à Ata, na condição de órgãos ou entidades não participantes, desde que observados os seguintes requisitos:
- 3.1.1 apresentação de justificativa formal da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- 3.1.2 demonstração de que os preços unitários registrados por item são compatíveis com os valores praticados pelo mercado, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 3.1.3 consulta prévia e aceitação formal do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor registrado.
- 3.2 Os preços unitários registrados por item, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, os respectivos fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) vencedora(s) são as que seguem nesta Ata.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

- 3.2.1 A autorização para adesão pelo órgão ou entidade gerenciadora somente será concedida após a anuência expressa do fornecedor registrado.
- 3.2.2 O órgão ou a entidade gerenciadora poderá rejeitar pedidos de adesão que possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos, ao atendimento de suas demandas prioritárias ou à sua capacidade de gerenciamento da Ata.
- 3.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação ou a aquisição solicitada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, observado, em qualquer hipótese, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação formal do órgão ou da entidade não participante, desde que aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e respeitado o limite de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 3.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente para aqueles itens para os quais não possua quantitativo registrado, observados, no que couber, os requisitos estabelecidos no item 3.1.
- 4. Dos limites para as adesões**
- 4.1 As contratações ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.3 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4 Da vedação a acréscimo de quantitativos**
- 4.4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 5. Da Validade, da formalização da ata SRP e do cadastro reserva**
- 5.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor registrado, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substitutivo deverá constar a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários correspondentes.
- 5.2 A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada mediante instrumento contratual, nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da Ata de Registro de Preços:
- 5.3.1 Serão registrados na Ata os preços unitários por item e os quantitativos do adjudicatário, observado que o licitante poderá ofertar quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites de sua proposta;
- 5.3.2 Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que:
- 5.3.2.1 aceitarem cotar os serviços por preços unitários iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação; e
- 5.3.2.2 mantiverem sua proposta original.
- 5.3.3 Será respeitada, nas contratações decorrentes da Ata, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados.
- 5.4 O registro de que trata o subitem 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor signatário da Ata.
- 5.5 Para fins de ordem de classificação no cadastro de reserva, os licitantes ou fornecedores que aceitarem igualar seus preços unitários aos do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será exigida quando houver necessidade de sua contratação, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1 quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 5.6.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do preço registrado, nas hipóteses previstas neste edital.
- 5.7 Os preços unitários registrados, com a indicação dos respectivos licitantes e fornecedores, serão divulgados no PNCP e permanecerão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.8 Após a homologação da licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.8.1 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal do licitante convocado, apresentada dentro do prazo original, devidamente justificada e aceita pela Administração.

Secretaria Municipal de Administração

- 5.9 A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema oficial utilizado pela Administração, bem como no PNCP.
- 5.10 Quando o licitante convocado não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidos, observadas as disposições do item 5.3 e seus subitens, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes constantes do cadastro de reserva aceitar a contratação nas condições previstas no item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.11.1 convocar os licitantes remanescentes para negociação, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de menor preço por item; ou
- 5.11.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições originalmente ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação.
- 5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, não obrigando a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6. Da Alteração ou da atualização dos preços registrados**
- 6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 7. Da negociação dos preços registrados**
- 7.1 Na hipótese de o preço unitário registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor registrado para negociação com vistas à redução do preço, de modo a adequá-lo aos valores praticados pelo mercado.
- 7.1.1 Caso o fornecedor não aceite reduzir o preço registrado aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2 Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam praticar preços compatíveis com os valores de mercado, não sendo convocados os licitantes ou fornecedores cujo registro tenha sido cancelado.
- 7.1.3 Caso não obtenha êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tenham firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de promover negociação visando à eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que justifique a inviabilidade do cumprimento do compromisso assumido.
- 7.2.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de revisão, a documentação comprobatória e/ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições originalmente pactuadas.
- 7.2.2 Não comprovada a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, devendo o fornecedor cumprir as obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos deste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.
- 7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter os preços registrados, observado o disposto no item correspondente à convocação dos remanescentes.
- 7.2.4 Caso não haja êxito na negociação com os fornecedores do cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas necessárias à obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.2.5 Comprovada a majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, nos termos dos subitens anteriores, o órgão ou entidade gerenciadora poderá atualizar o preço registrado, observados os valores efetivamente praticados pelo mercado e as disposições legais aplicáveis.

Secretaria Municipal de Administração

- 7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tenham firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços acerca da alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de promover a correspondente alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. Do remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto nº 07, de 12 de janeiro de 2024.
- 8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Do cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

- 9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 07, de 12 de janeiro de 2024; ou
- 9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação
- 9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1 Por razão de interesse público;
- 9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 07, de 12 de janeiro de 2024.

10. Das penalidades

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Das condições gerais

- 11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Secretaria Municipal de Administração

11.2 Fica eleito o foro privativo dos feitos da Fazenda Pública, da Comarca desta cidade de Maracumê, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em livro próprio, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Maracumê - MA, de de 2026.

Pelo FORNECEDOR

.....
(nome do representante da empresa)
CPF
(nome da empresa)
CNPJ

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

.....
MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ
Secretário Municipal de Administração

Testemunhas:

1ª)
CPF

2ª)
CPF

Secretaria Municipal de Administração

Anexo IV – Minuta Contratual

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÊ E A EMPRESA, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026.

O MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÊ através da SECRETARIA MUNICIPAL DE, localizada na, Maracáçumê - MA, inscrita no CNPJ sob nº, representada neste ato pela Secretária Municipal, o(a) senhor(a), portador(a) do RG nº e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a)inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, emdoravante designada Contratada, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 02./2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 presente Contrato tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à frota do Município de Maracáçumê/MA, incluindo mão de obra, fornecimento de produtos de limpeza biodegradáveis, insumos, equipamentos, ferramentas e infraestrutura necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026 e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, aos quais este contrato se vincula.

1.2 Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos, nos termos do Edital e da legislação aplicável.

1.3. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, e com igual força obrigatória, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026 e seus anexos;

1.3.2. Termo de Referência;

1.3.3. Proposta de Preços da Contratada;

1.3.4. Ata de Registro de Preços;

1.3.5. Eventuais pareceres técnicos, atas de sessões públicas e demais documentos que compõem o processo licitatório.

1.4. Discriminação do objeto:

Item	Especificação dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, limitado à vigência da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos e condições previstos na legislação vigente e neste instrumento contratual.

2.1.1 A prorrogação de vigência poderá ocorrer quando comprovado, mediante manifestação formal da Administração, que os preços permanecem vantajosos e que as condições contratuais estão sendo integralmente cumpridas, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2 Não será admitida prorrogação automática. A eventual prorrogação dependerá de justificativa técnica e administrativa, comprovação de vantajosidade, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, parecer jurídico favorável e autorização expressa da autoridade competente.

2.1.3 É vedada a prorrogação contratual quando houver aplicação de sanções impeditivas, descumprimento de cláusulas essenciais ou perda das condições de habilitação da contratada.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

2.2 A execução dos serviços de lavagem de veículos deverá observar rigorosamente os prazos, condições e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência, nas Ordens de Serviço e nos demais documentos que integram o presente contrato.

2.3 Durante toda a vigência contratual, é vedada à contratada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante, bem como de agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.4 A Administração poderá rescindir o contrato antes do término de sua vigência nas hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução dos serviços, bem como os prazos, critérios de fiscalização, medição, recebimento e pagamento, constam detalhadamente no Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026, que integra o presente contrato para todos os fins.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo os serviços de lavagem de veículos ser executados diretamente pela contratada, com os meios humanos, materiais e operacionais por ela disponibilizados, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência Anexo I do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V e VI)

7.1 O valor é fixo e irrevogável.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV) e (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 As obrigações da CONTRATANTE e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Maracacumé, para o exercício de 20., na classificação abaixo:

11.1.1 Gestão/Unidade:

11.1.2 Fonte de Recursos:

11.1.3 Programa de Trabalho:

11.1.4 Elemento de Despesa:

11.1.5 Nota de Empenho:

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracacumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

12.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.4 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica a Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de Maracumé, no prazo previsto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Maracumé, Estado de Maranhão, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maracumé - MA,

EMPRESA CONTRATADA
Razão social/ CNPJ
Nome do responsável legal/ CPF:

Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

Secretaria Municipal de Administração

CONTRATADA

MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ
Secretária Municipal de
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1ª)
CPF

2ª)
CPF